



Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

CONSELHO ESCOLAR E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM DESAFIO PARA AS ESCOLAS CONTEMPORÂNEAS

SANDRA REGINA PEREIRA DE CASTRO

Professora-orientadora Dra. Edileuza Fernandes da Silva
Professora monitora-orientadora Mestre Marilene Pinheiro Marinho

Brasília-DF
Maio, 2013

SANDRA REGINA PEREIRA DE CASTRO

**CONSELHO ESCOLAR E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM
DESAFIO PARA AS ESCOLAS CONTEMPORÂNEAS**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Professora-orientadora Dra. Edileuza Fernandes da Silva e Professora monitora-orientadora Mestre Marilene Pinheiro Marinho.

TERMO DE APROVAÇÃO

Sandra Regina Pereira De Castro

CONSELHO ESCOLAR E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM DESAFIO PARA AS ESCOLAS CONTEMPORÂNEAS

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Dra Edileuza Fernandes da Silva
FE/UFSC
(Professora-orientadora)

Profa. Mestre Maria Susley Pereira
EAPE/SEE/DF
(Examinadora externa)

Brasília-DF
Maio, 2013

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho a todos os educadores que continuam acreditando que é possível construir uma educação de qualidade cada vez mais democrática e participativa na rede pública de ensino.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sua primordial presença em minha vida, pelo fôlego de vida e pelo renovar contínuo de forças para continuar seguindo em frente acreditando em seus milagres.

Agradeço ao meu amado esposo, minha irmã Luciane, minha amiga inseparável Edjane, meu amigo Baruque e familiares, por compreenderem minhas ausências e por me incentivarem à realização de mais essa etapa acadêmica em minha vida.

EPIGRAFE

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente trabalho retrata a importância do Conselho Escolar (órgão coletivo de decisões colegiadas) na perspectiva reflexiva da melhoria do processo educativo escolar, com ênfase na democratização e emancipação humana. Para tanto, o foco da pesquisa firmou-se na análise das problemáticas existentes, que foram fatores de impedimento para a formação e atuação do Conselho Escolar e se estes fragilizaram o processo de Avaliação Institucional em uma instituição de ensino fundamental no entorno sul do Distrito Federal. A investigação se deu por abordagem qualitativa/descritiva, tendo como instrumentos de coleta de dados a observação, a análise documental e um questionário, com grau de aplicabilidade imediato e levantamento amostral, no próprio ambiente em que atuam seus atores. Foram feitas indagações acerca do grau de conhecimento e envolvimento dos indivíduos no processo de tomada de decisão, bem como a forma como eram utilizados os dados obtidos da Avaliação Institucional local, na construção de seu planejamento. Concluiu-se que a falta de conhecimento e formação de seus agentes, a falta de espaços de debate e o processo decisório unilateral e verticalizado da gestão escolar são fatores determinantes que inviabilizam a organização da comunidade frente à construção de propostas e solução de problemas com base na Avaliação Institucional. Como principais fontes de pesquisa foram utilizadas o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, as Diretrizes Curriculares Nacionais e autores como Sofia Lerche Vieira, Heloísa Lück, Moacir Gadotti e outros.

Palavras chave: Conselho Escolar e Avaliação Institucional

TABELAS E FIGURAS

Tabela 1. Levantamento prévio acerca do conhecimento da comunidade escolar sobre o Conselho Escolar 33

Tabela 2. Levantamento sobre os fatores de impedimento da atuação do Conselho Escolar 33

Tabela 3. Levantamento do nível de conhecimento coletivo acerca da Avaliação Institucional da unidade e o comprometimento do processo de como esta se dá na ausência da atuação do Conselho Escolar 34

Figura 1. Respostas dos alunos e professores quanto ao questionamento: “Existe na unidade promoção de espaços para estudos e debates na tomada de decisão coletiva?” 34

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA	13
2.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO	14
2.3 CONSELHOS ESCOLARES	15
2.4 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	21
3. METODOLOGIA	26
3.1 LOCAL DO ESTUDO	26
3.2 ANÁLISE DOCUMENTAL	27
3.3 OBSERVAÇÃO	28
3.4 APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO	28
3.5 COLETA DOS DADOS	28
3.6 ANÁLISE DOS DADOS	29
3.7 CONCORDÂNCIA EM ÂMBITO GERAL	34
CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICE	41

1. INTRODUÇÃO

Pensar a instituição escolar e a construção cotidiana de sua identidade requer o conhecimento de suas forças produtivas e sua real atuação como instrumento de superação, destacando-se nesse processo as relações e estruturas sociais participativas. Para isto, esta precisa avaliar-se, descobrindo-se, aprimorando-se com base em um direcionamento teórico e prático, capaz de apresentar um aprofundamento do conhecimento institucional, subsidiando uma abordagem avaliativa que desperte os agentes escolares a se tornarem colaboradores e responsáveis pelo planejamento e replanejamento do tempo, dos espaços e de todas as atividades e trabalhos cotidianos que envolvem o fazer educativo. Como consta no Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, (2004, p. 23) *“Construímo-nos como indivíduos em comunidade. Uma das características da existência humana é a originalidade e a inovação. E a segunda característica fundamental é a sociabilidade e a comunhão”*. O texto ressalta a importância do indivíduo enquanto sujeito da construção de si mesmo para desenvolver-se em coexistência harmônica e contribuição participativa na construção do mundo. Considerar nestes termos a diversidade de cada pessoa na construção colaborativa do coletivo passa a ter um significado de extrema relevância no sentido de ser de uma escola, onde a convivência e a participação humana devem exprimir a idéia do indivíduo –diversidade – em consonância com o coletivo - solidariedade.

Sob essa ótica o estudo foi inspirado na necessidade reflexiva de se analisar o espaço escolar e a sua não atuação democrático-participativa, frente à privação da efetiva oportunização do debate coletivo, bem como o de verificar como se dá a construção do processo avaliativo institucional em ambientes centralizadores que avançam timidamente na articulação das relações sociais mais amplas e atuantes.

O trabalho também parte do pressuposto de que a avaliação institucional ainda é vista por muitas escolas como resultado de instrumentos controladores e centralizadores, consolidados na burocracia. Tal definição, na maioria das vezes, fragiliza a elaboração e a execução de planejamentos que apresentam em seu contexto resultados pouco satisfatórios, fraco componente participativo, fragilidade ou total ausência de indicadores focados em dimensões articuladas e integradas que inclua na política de avaliação institucional um enfoque diagnóstico, desprezando,

portanto, um estudo qualitativo que atente para a reflexão e a compreensão das necessidades, das prioridades, das motivações e comportamentos dos agentes envolvidos.

Nestes termos o presente estudo enfatizou a importância de se conhecer as fragilidades do ambiente escolar, especificamente do tema em questão, com o intuito de contribuir com escolas que vivenciam ainda esta realidade. Enfatiza-se ainda a importância da constituição e da atuação do Conselho Escolar, sob uma ótica emancipadora, capaz de se apropriar do processo avaliativo institucional como coeficiente na construção da legitimidade autônoma, democrática e participativa de seus atores e na qualidade educacional. O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (2004, p.22) ainda ressalta que “(...) *muito importante é entender a participação como processo a ser construído coletivamente. Nessa direção não se decreta, não se impõe, portanto, não pode ser entendida apenas como mecanismo formal/legal*”. A garantia do espaço dialógico, portanto, só é válido quando se apresenta como instrumento de cidadania, contribuindo para a convergência coletiva em prol do fortalecimento qualitativo do trabalho científico, político e pedagógico, potencializado por bases eficientes, capazes de utilizar o processo avaliativo como mola propulsora e atuante em todos os momentos do fazer pedagógico e institucional.

Ressalta-se ainda que a aprendizagem e a convivência não são dissociadas uma da outra, por este motivo o interesse coletivo deve opor-se ao interesse individualizado, fundamentado em uma visão democrática e democratizante da escola, exigindo para este novo perfil de escola contemporânea, antes de tudo o compromisso com a formação do indivíduo participativo e transformador. É fato que, adotar novas bases de atuação que avancem no campo do trabalho coletivo crítico-analítico e participativo, mediante a articulação dos diferentes segmentos representativos não é tarefa fácil (professor, coordenador, aluno, comunidade, diretor, etc.) trazem distintamente antigos referenciais, que facilmente nos levam a justificativas que se tornam impedimentos para a construção de ações transformadoras. Para isso o Conselho escolar neste contexto possui tarefas importantes: Conhecer e compreender as diversas problemáticas existentes, seja no campo individual ou coletivo, respeitar os pontos de vista e demonstrar sincero interesse em ouvir e conhecer os diversos posicionamentos, inclusive no que diz

respeito a possíveis conflitos, mediando nesse grande cenário o processo de construção de interesses comuns. O objetivo deste trabalho não é traçar soluções, mas, apresentar uma análise real das fragilidades e pontos críticos que possam se tornar fatores potenciais de sucesso na construção da identidade da escola e da identidade de cada segmento que nela está inserido, a partir do poder de decisão coletiva, com base em uma visão clara dos problemas e desafios a serem enfrentados, partindo de dados que a avaliação institucional oferece.

Percebe-se que as atuações e razões contraditórias que reforçam os mecanismos autocráticos no ambiente escolar, impedem o processo de atuação e fortalecimento da convivência democrático-participativa e na construção da identidade da escola, contrária ao conceito de senso crítico e autônomo que permeia a Avaliação Institucional, que por sua vez possui sentido processual e dinâmico, dimensionado para o campo dos movimentos relacionais, relevantes à produção social, política e pedagógica mais qualitativa.

Enfatizam-se para este estudo como público-alvo e interlocutores da pesquisa, professores de uma escola municipal que atende às modalidades de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de 09 anos, localizada no entorno sul de Brasília, mais especificamente no município de Novo Gama-GO. Com enfoque motivacional na inexistência do Conselho Escolar na escola em questão.

O objeto teórico desse estudo se apresenta sob a seguinte delimitação:

O Conselho Escolar é uma instância de práticas coletivas, indispensável para a prática educativa de qualidade, sob uma perspectiva embasada na superação de desigualdades sociais e na democratização de pessoas, articulada à gestão escolar, sendo de significativa relevância ao processo de Avaliação Institucional. Como afirma SOUSA (1997, p.6) *“A vivência da avaliação, com as finalidades e as características (...), impõe que se caminhe em direção ao fortalecimento dos órgãos coletivos e colegiados da gestão da escola”*. Sabendo que a democratização e a inclusão social, se opõem às relações impositivas, dominadoras e exploratórias, ainda muito presentes nos ambientes escolares e, obstrui a autonomia no processo de ampliação do processo decisório, segue a seguinte indagação, que se apresentou como questão/problema da pesquisa: A inexistência e/ou inatividade do conselho escolar fragiliza o processo de Avaliação Institucional?

A partir deste questionamento apresentam-se os seguintes objetivos:

Objetivo Geral

Analisar as problemáticas existentes, que são fatores de impedimento na formação e atuação do Conselho Escolar, e como este fato interfere na avaliação institucional.

Objetivos Específicos

- Verificar os problemas mais relevantes da escola, que geram impedimento na constituição do Conselho Escolar;
- Verificar se avaliação Institucional colabora efetivamente com o enfrentamento de problemas e desafios da unidade tendo por ênfase a inexistência do Conselho Escolar na tomada de decisões;
- Analisar se a ausência do conselho escolar é fator relevante para o processo de avaliação Institucional frente à construção de uma educação de qualidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA

No Brasil, o Manifesto de 1932, representou uma luta de significado ímpar, pela fundamentação da educação como projeto nacional democrático, inspirado pelo Movimento dos Pioneiros da Educação Nova, encontrando-se entre seus ícones Anísio Teixeira, Almeida Junior, Pascoal Leme, Fernando de Azevedo e outros. A busca por uma articulação nacional sob um modelo de educação democrática permitiu conquistas inspiradas por ideais de liberdade e igualdade de condições que permeiam até hoje as políticas públicas educacionais. A Constituição de 1934 adotou uma parte significativa do ideário educacional presente no manifesto, tendo como pontos de grande relevância O artigo 5º que estabelece como competência privativa da União, a elaboração de diretrizes e bases para a educação nacional; O artigo 149 que estabelece a educação como direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelo poder público, ressaltando ainda ser finalidade da educação, o desenvolvimento da solidariedade humana.

Neste contexto a luta continua até os dias de hoje, por uma educação de qualidade, no qual se defende a idéia de que esta não deve se limitar somente às prerrogativas e práticas formais. As incumbências definidas e explicitadas que a escola passa a ter devem ir além dos conteúdos e metodologias aplicadas, portanto, devem avançar no campo da autonomia, da participação, da democracia e da construção de posturas cada vez mais humanas e integradoras. De acordo com BALZAN e SOBRINHO (2008, p. 64) a educação “*é um processo que nunca se satisfaz*” onde todo o processo está sempre em transformação em um espaço de disputas, estilos e valores, interagindo com a ciência e as normas.

Desde o período pós Ditadura Militar (1964 – 1985), a Constituição Federal de 1988 definiu a Gestão Democrática do Ensino Público, como um de seus princípios, sob a ótica de descentralização (Art. 206, Inciso VI). Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, reforçou esse princípio, apresentando, no tocante a Gestão democrática as seguintes determinações:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II. Participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

2.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO

A Gestão Democrática do Ensino Público na Educação Básica prevê a participação dos profissionais da Educação Básica e de toda a comunidade escolar, exigindo a garantia de espaços e condições relevantes ao trabalho coletivo e colaborativo, destacando para o trabalho em questão a constituição e atuação dos Conselhos Escolares e a Avaliação Institucional das unidades escolares de maneira progressiva, com noções de qualidade a partir dos poderes locais. VIEIRA (2010, p. 4).

Quando falamos em poder local, em geral, temos em mente os órgãos e espaços decisórios mais próximos dos cidadãos. O município, o distrito e o bairro, nesse sentido são instâncias de poder local. Na mesma perspectiva, também a escola é compreendida como esfera do poder local, onde pessoas diversas se encontram para levar adiante não apenas a cotidiana tarefa de ensinar e aprender, como também a função de formar cidadãos para a convivência em sociedade.

Entende-se, portanto, que os espaços decisórios, devem vencer os pressupostos de verticalização, caracterizados pelas relações de poder, voltadas para a hierarquização e burocratização, com bases na autoridade funcional e atuar em sua realidade geral sob uma ótica descentralizadora, coletiva e democrática. Para melhor compreensão, LÜCK (2012, p. 3) analisa a mudança de paradigmas acerca da Gestão Educacional, sua nova dimensão e promoção organizacional, afirmando que:

O conceito de gestão educacional, diferentemente do de administração educacional, abrange uma série de concepções não abarcadas pelo de administração. Pode-se citar, dentre outros aspectos: a democratização do processo de determinação dos destinos do estabelecimento de ensino e seu projeto político-pedagógico; a compreensão da questão dinâmica e conflituosa das relações interpessoais da organização, o entendimento dessa organização como uma entidade viva e dinâmica, demandando uma atuação especial de liderança; o entendimento de que a mudança dos processos pedagógicos envolve alterações nas relações sociais da organização; a compreensão de que os avanços das organizações se assentam muito mais em seus processos sociais, sinergia e competência, do que sobre insumos ou recursos.

Verifica-se que o intuito do processo de democratização nos espaços escolares não é o de liberalizar desgovernadamente de maneira irresponsável, incoerente e desorganizada a forma de administrar, excluindo ou desconsiderando a gestão, mas, o de avançar rumo à organização de processos mais sociais, vinculando o poder de decisão à pluralidade e diversidade existente, conceituando-se enquanto escola como unidade social. LÜCK (2006, p. 38) afirma acerca das unidades sociais que

Ao serem vistos como organizações vivas, caracterizadas por uma rede de relações entre todos os elementos que nela interferem, direta ou indiretamente, a sua direção demanda de um novo enfoque de organização. (...) Ela abrange, portanto a dinâmica das interações, em decorrência do que o trabalho como prática social passa a ser o enfoque orientador da ação do dirigente.

Neste sentido, a gestão escolar deve buscar alternativas na organização do trabalho cotidiano que subsidie implantações e implementações de espaços de reflexão/estudo de cunho coletivo e colegiado que apóie a formação continuada, fazendo da escola um espaço de formação humana mais consciente, mais participativa e democrática, no qual emergem cidadãos/sujeitos, capazes de intervir e mudar sua realidade.

2.3 CONSELHOS ESCOLARES

As histórias de vida das pessoas, construídas a partir das intervenções educativas nas diversas relações sociais são garantidas como direito subjetivo

socialmente referenciado. A ampliação e a garantia da qualidade da prática educativa neste contexto passam a ser direito e dever do cidadão /sujeito. Importa, pois, ultrapassar os sistemas verticalizados, autoritários e dominadores, camuflados e alimentados pela acomodação e omissão de seus diversos atores e construir mudanças na trajetória histórica das culturas educacionais vigentes, rumo à ampliação das condições e espaços de efetiva participação.

A intencionalidade coletiva com efetivo impacto democrático se constrói a partir de constantes espaços de formação e reflexão. Constituir um conselho escolar, consciente do seu papel coletivo como órgão colegiado, consciente e comprometido, entre outras atribuições, com a construção da democracia e da cidadania participativas, requer a liberdade de se expressar em uma dimensão individual e pessoal, mas, também social e coletiva, respeitando os momentos antagônicos, contraditórios e conflitantes, como base para a valorização das diferenças e inclusão social, bem como para o enfrentamento de problemas, mediações e melhoria da educação escolar.

A descentralização das relações de poder no âmbito do processo de construção da identidade da escola, a partir de uma gestão mais coletiva, transparente e democrática, firmada pela constituição e atuação do conselho escolar, intensifica a passos largos, o enfoque organizacional, alicerçado nas perspectivas de democratização e autonomia, contribuindo significativamente junto ao diretor escolar, uma atuação decisória de forma mais compartilhada, garantindo, com a participação coletiva, também a co-responsabilidade de se construir uma escola de qualidade. GADOTTI (2000, p.8) também ressalta a importância de uma organização escolar democrática, ressaltando a efetiva participação de seus autores na construção de sua autonomia

A escola precisa ter projeto, precisa de dados, precisa fazer sua própria inovação, planejar-se a médio e longo prazo, fazer sua própria reestruturação curricular, elaborar seus parâmetros curriculares, enfim, ser cidadã. As mudanças que vêm de dentro das escolas são mais duradouras. Da sua capacidade de inovar, registrar, sistematizar a sua prática/experiência, dependerá o seu futuro.

Vencer os velhos paradigmas centralizadores e avançar para o campo das concepções e processos democráticos que levam a organização e ao planejamento efetivamente mais participativo e cidadão, requer de seus atores a compreensão

sobre os processos de mobilização, organização e participação coletivas e suas condições, tendo em vista a construção da autonomia institucional. O Ministério da Educação, por meio do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (2004) afirma

A contribuição significativa da escola para a democratização da sociedade e para o exercício da democracia participativa fundamenta e exige a gestão democrática na escola. Nesse sentido, a forma de escolha dos dirigentes, a organização dos Conselhos Escolares e de toda a comunidade escolar para participar e fazer valer os seus direitos e deveres, democraticamente discutidos e definidos, é um exercício de democracia participativa. Assim a escola pública contribuirá efetivamente para afirmar os interesses coletivos e construir um Brasil como um país de todos, com igualdade, humanidade e justiça social.

O fato de se pertencer a um país que emergiu de um regime autoritarista, trás uma responsabilidade ainda maior para a escola frente à necessidade de mudança, pois, remete os seus atores a uma organização pautada no desenvolvimento da democratização escolar, vencendo as contradições paradigmáticas históricas, num esforço evolutivo dinâmico, eficiente e coletivo, fortalecido pela instituição e atuação efetiva do conselho escolar. Para tal, o documento citado acima, ressalta o quão importante é a efetiva atuação dos Conselhos escolares, com a incorporação da cultura participativa, crítica e democrática (idem, 2004, p. 31)

A atuação consistente desses Conselhos implica a consideração e o apoio a outras lutas, tais como as desenvolvidas por condições materiais satisfatórias de infraestrutura das escolas, valorização efetiva dos profissionais da educação (formação continuada e salários dignos), entre outras, que devem ser igualmente fortalecidas e encaminhadas pelos organismos sociais competentes (sindicatos, associações de educadores, entidades acadêmico-científicas da área educacional). Certamente, esse tipo de programa não pode substituir políticas públicas de maior amplitude e alcance, mas ele poderá plantar sementes que alimentarão uma nova prática escolar, prática esta que, a depender da vontade política e da ação concreta dos envolvidos no processo, poderá ter desdobramentos muito positivos no dia-a-dia das escolas e das comunidades por ele atingidas.

Diante desses aspectos, entende-se que o gerenciamento coletivo com efetiva participação em uma unidade escolar, promove não só no campo dos mecanismos, instrumentos e condições materiais, perspectivas reais de mudança

qualitativas e quantitativas, como no exercício político pedagógico, fortalecido pela capacidade organizacional descentralizadora coerente e eficaz, com maturidade para avançar no campo da prática escolar e suas peculiaridades com expectativas reais de superação.

Para melhor se compreender a importância e relevância da ação coletiva, por meio do conselho Escolar para a construção transformadora de uma escola mais democrática e cidadã, este, na década de 80, foi implantado com o objetivo de garantir a organização democrática do ensino, previsto no Art.206, inciso VI da Constituição Federal. Posteriormente à própria LDB (9394/96), fortalece a instituição dos órgãos colegiados da gestão democrática do ensino público e subsidiando a elaboração de estatutos com a participação do Ministério da Educação e Cultura, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, com o intuito de propor debates abertos acerca dos princípios democráticos da escola pública.

O Conselho Escolar, portanto, se apresenta como imprescindível instrumento de democratização no ambiente escolar, numa perspectiva de efetiva participação coletiva e colegiada e, sob os princípios da representatividade e da proporcionalidade, visando à articulação e a integração de seus atores, frente à construção de uma escola de qualidade.

Entre os seus principais objetivos previstos na Resolução da Secretaria do Estado da Educação, Art. 11, inciso V (SEED – PR, 2009) está o de “acompanhar e avaliar o trabalho pedagógico desenvolvido pela comunidade escolar, realizando intervenções necessárias, tendo como pressuposto o Projeto Político Pedagógico.”

A garantia dos princípios da gestão democrática é permeada pelas articulações, participação e integração dos diversos segmentos da comunidade escolar, norteados pela organização do trabalho pedagógico, com interesses e expectativas histórico-sociais garantidas em conformidade com a legislação vigente, mediante o processo eletivo com representatividade de seus diversos atores. HORA (2008, p.50) afirma que para se garantir uma escola verdadeiramente democrática se deve considerar dois elementos distintos, sendo estes a criação de estrutura e os processos democráticos representados pela participação geral e pelo planejamento cooperativo.

Refletir sobre essas práticas fortalece a necessidade de se conhecer e explicitar os entraves das relações de poder impositivas que se constroem e se perpetuam na rotina dos ambientes escolares em defesa de uma escola que tenha entre seus principais objetivos o engajamento em defesa da democracia. Nesta mesma linha de pensamento, CASTRO (1998, p. 01), expõe claramente a vigência cultural das relações de poder nos espaços escolares

No contexto da escola pública de ensino fundamental, desenrolam-se relações de poder, às vezes inconscientes e subliminares, sob a forma do poder simbólico de Bourdieu, outras vezes claramente identificadas, como o poder formal e impessoal, como o poder legal, como o uso da força ou como a influência social, política ou ideológica abordada por Weber. Instância onde a circulação de capital econômico e social é restrita e cuja exigência do capital cultural é menor do que em outros níveis e ambientes, a escola pública de séries iniciais do ensino fundamental de periferia é um lugar no qual se travam lutas pelo poder e se fazem relações de poder, de forma clara e, às vezes, até mesmo impositiva.

Conforme o destacado é muito importante se compreender que tipo de relação de poder existe e atua no ambiente escolar e como suas implicações se desdobram como fator significativo do insucesso de práticas associadas ao desenvolvimento da promoção coletiva e colaborativa, inclusive no processo de avaliação institucional e seus respectivos desdobramentos.

A organização do trabalho escolar, o favorecimento a resistência das relações de poder com atenção especial à participação democrática, ao conhecimento, a organização e ao planejamento devem dar atenção especial à forma como se avalia a instituição. Conforme BELONNI (2003, p.11)

Ainda que a avaliação implementada no Brasil encaixe-se, muito adequadamente, na visão de Estado e de sociedade do atual Governo e que estejamos vivendo, em plano mundial, um estágio de predominância do “Estado Avaliador” (...), é preciso ousar afirmar que esta não é a única razão para fazer avaliação em educação e pôr em prática esta afirmação. Ao contrário, a avaliação se justifica e se transforma em uma necessidade, sob a ótica de ser um direito da população que a subvenciona e sofre suas conseqüências.

Em outras palavras, legitimar a ação coletiva e participativa dos atores no processo avaliativo, garantindo o seu direito de espaço na tomada de decisões, consiste em superar a historicidade da avaliação que é predominantemente um

reflexo dos interesses de Estado, e se voltar para o desafio de ações mais construtivas e transformadoras, passando de sujeitos passivos, frente a dados e resultados e, avançando para o Campo da pró-eficiência participativa em um processo de efetividade social, mais amplo e mais engajado no compromisso de se escrever e mudar a própria história.

Entre os aspectos consoantes e colaboradores à organização do trabalho escolar, além dos já citados, reforça-se a Avaliação Institucional, como uma estrutura reflexiva de ação cotidiana, no qual deve caracterizar-se pelo trabalho democrático, abrangente, participativo e contínuo. Assumindo tal perspectiva, SOUSA (1999, p. 6) sugere:

A consideração da condição das unidades escolares assumirem, com transparência e responsabilidade, sua autoavaliação. Este é um alerta importante, principalmente quando consideramos que, tradicionalmente, em nossos sistemas escolares, a avaliação está vinculada à idéia de seleção, de classificação, de premiação ou de punição, representando uma ameaça aos indivíduos ou grupos. De fato, o desafio a ser enfrentado é difundir a possibilidade de transformação da cultura avaliativa dominante, que se pauta pelo individualismo e competição, com vistas à construção de processos e relações de trabalho que se pautem pela abertura, cooperação e confiança. No limite, supõe a crença no valor de se buscar construir processos e relações educacionais e sociais democráticos.

A existência de uma comunidade com consciência participativa se torna uma arma poderosa contra o autoritarismo, a alienação, a ação verticalizada e o individualismo, fato que beneficia a escola como um todo, pois este processo autocrítico redimensiona a análise da real situação da instituição avaliada, contemplando a necessidade de se alcançar metas fundamentadas em ações cotidianas mais reflexivas a partir de uma base diagnóstica que atenda dimensões teórico-metodológicas alicerçadas e fortalecidas no poder de decisão coletiva, contínua e participativa.

O resultado se inicia já no estabelecimento de compromissos com a comunidade escolar legitimado pela transparência e pelo reordenamento de suas ações, definindo quem de fato a escola é e onde deseja chegar, com o enfoque de uma avaliação continuada capaz de traçar novos direcionamentos, fortalecida pela construção de uma concepção organizacional que rompa com os paradigmas

unilaterais visando uma política de caráter emancipatório e a articulação de tempo e espaço como garantia de uma sistematização efetiva e atuante.

2.4 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A necessidade de explicitar claramente a importância de se compreender o papel da Avaliação Institucional, no processo organizacional de uma escola, justifica-se pelas palavras de GATTI (2006, p.10):

Nem sempre os envolvidos com avaliações institucionais têm clara consciência desses aspectos como elementos fundamentais constitutivos de modelos avaliativos. Fica-se no descritivo-operacional, não se considera o aspecto de uma instituição orgânica de bem público, voltada para ações de ensino, de estudos ou de intervenções, destinadas à construção, reconstrução, difusão e ampliação de conhecimentos cujos efeitos socioculturais sejam, de alguma forma, relevantes para a constituição de uma sociedade mais eqüitativa.

Com isso o processo de constituição e atuação do Conselho Escolar e a formação de seus atores frente à aquisição de uma consciência que ultrapasse os paradigmas de avaliação institucional como mero modelo descritivo-operacional exige uma concepção aprofundada, que se fundamenta no estudo e no envolvimento da comunidade com o intuito de mobilizá-lo, com ênfase ao conhecimento necessário dos pontos que comprometem a organização e o desempenho da avaliação institucional, entre eles a visão de avaliação percebida como punição ou recompensa e a ação tendenciosa ou injusta como instrumento de perseguição ou ainda, como mero preenchimento de formulários. A partir daí, gerar debates onde haja a prevalência de uma análise comprometida com a qualidade de decisões e atuação num futuro a curto, médio e longo prazo, comprometido realmente com a melhoria da escola e ainda gerando o fortalecimento do Conselho Escolar. SOUSA (1999, p. 6) afirma que:

A vivência da avaliação, com as finalidades e as características aqui indicadas, impõe que se caminhe em direção ao fortalecimento dos órgãos coletivos e colegiados de gestão da escola. Sem dúvida, a perspectiva de avaliação aqui explorada não é algo que se viabiliza em curto prazo e sem embates e impasses, pois supõe uma mudança da lógica que orienta de modo dominante a organização e a dinâmica das escolas e dos

sistemas de ensino como um todo. No entanto, penso que vale a pena enfrentarmos o desafio de construir um processo de avaliação capaz de contribuir para tornar realidade uma educação democrática.

A avaliação Institucional é um grande desafio, todavia, na mesma proporção um forte e significativo norteador no fortalecimento dos colegiados e na tomada de decisões, propiciando ricas possibilidades de conscientização, tanto no que diz respeito a direitos quanto a responsabilidades, em prol dos interesses coletivos, democráticos e democratizantes, de uma escola comprometida com a melhoria da educação. Segundo RIBEIRO (2000, p. 15) "A avaliação é um instrumento fundamental para todo organismo social que busque desenvolvimento e qualidade", afirmando ainda "Que o propósito da Avaliação Institucional deve ser o de conduzir ao aperfeiçoamento constante dos empreendimentos humanos". Para tal, é de fundamental importância a utilização dos indicadores internos e externos, bem como a valorização da análise de todo processo avaliativo vivenciado na escola, em busca da compreensão de como esta se dá no ambiente escolar, repensando e viabilizando a mudança e o desenvolvimento institucional pela garantia da efetiva participação da comunidade que a representa e a constrói, sob uma perspectiva sócio-qualitativa. AFONSO (2003, p. 49) ainda afirma:

A escola é confrontada com dimensões éticas, simbólicas, políticas, sociais e pedagógicas que devem ser consideradas como um todo por quem tem especiais responsabilidades na administração da educação quer em nível do Estado, quer em nível municipal e local, quer em nível da própria unidade escolar.

O ponto de partida dos princípios da autonomia singular a cada instituição exige com fins de se desempenhar e alcançar uma maior qualidade da educação o redirecionamento de práticas e a reformulação de estratégias alicerçadas na auto-avaliação e na avaliação externa, aperfeiçoando assim o processo contínuo de ensino, o planejamento, a gestão compartilhada e a prestação de contas de suas ações à sociedade por se tratar de caráter e interesse público, criando pontes entre o que se pretende e o que realmente se realiza, impulsionando o processo promotor da melhoria da qualidade educacional frente às demandas e exigências sociais, com responsabilidade e compromisso.

Considera-se para este fim os subsídios adicionais de legitimidade e fidedignidade de informações estabelecidas pela promoção contínua, participativa e sistemática da comunidade escolar, caracterizadas pela reflexão, análise e aperfeiçoamento das prioridades locais, bem como na implementação de medidas previstas no Projeto Político Pedagógico com fins de intervenção administrativa e pedagógica. SOUSA (1997, p.127) afirma

Os critérios de avaliação não são estabelecidos de modo dissociado das posições, crenças, visões de mundo e práticas sociais de quem os concebe, mas, emergem da perspectiva filosófica, social e política de quem faz o julgamento e dela são expressão. Assim, os enfoques e critérios assumidos em um processo avaliativo revelam as opções axiológicas dos que dele participam.

Sob esta afirmação, não há no decorrer do processo, traços de neutralidade, antes a presença da multiplicidade de enfoques e valores, discorrendo pela intencionalidade de seus atores, concretizadas pela construção cooperativa dinamizada pela participação coletiva. A apropriação dessa dinâmica organizacional requer o fortalecimento contínuo dos órgãos coletivos e colegiados de gestão, explicitando a coexistência e interdependência entre a Avaliação Institucional e o Conselho escolar. As Diretrizes Curriculares Nacionais (2012, p.08), na observância da identidade, autonomia e diversidade das escolas estabelece:

VI - instituir sistemas de avaliação e utilizar os sistemas de avaliação operados pelo Ministério da Educação, a fim de acompanhar resultados, tendo como referência as expectativas de aprendizagem dos conhecimentos e saberes a serem alcançados, a legislação, as normas, estas Diretrizes, e os projetos político-pedagógicos das unidades escolares.

A associação da gestão, do currículo e do desempenho escolar expõe a importância do regime de colaboração e expressa na dimensão das formas de participação local, mudanças das estruturas burocráticas e hierárquicas, conhecidas por mecanismos engessados e instrumentos ausentes de legitimidade, para uma regulação notadamente democrática, por esse motivo, explicitamente direcionada para a atuação colegiada, sob uma expedição voltada para a melhoria da qualidade da educação, onde todos são responsáveis.

Para além do já destacado, o conceito e objetivos da Avaliação Institucional aliada à atuação do Conselho Escolar, não está dissociada das problemáticas

resistentes à sua real efetivação. Não se pode ignorar o contexto cultural e as complexas circunstâncias vivenciadas nos espaços escolares em seu cotidiano. Entre elas, substanciais considerações acerca do papel e formação continuada do professor, onde muitas iniciativas foram tomadas nos últimos anos, com o intuito de estimular a melhoria na qualidade da educação, diminuindo conseqüentemente, as deficiências da formação profissional docente, e principalmente viabilizando recursos advindos do exterior. Segundo VIEIRA (2009, p.143)

Ao financiarem projetos da educação, por suposto, as agências internacionais exercem influência sobre o perfil dos profissionais a serem formados. Assim, muitas vezes, as prioridades das iniciativas educacionais desenvolvidas com seu apoio podem ser estabelecidas sem a plena sintonia com as necessidades locais.

Destaca-se, que não só para fins de aprendizagem, mas, no processo avaliativo como um todo, mesmo o estímulo a formação continuada, advém de um sistema unilateral, verticalizado e descomprometido com a realidade local e suas verdadeiras necessidades. Onde se percebe que apesar da legislação vigente, acerca da descentralização e do fortalecimento dos Conselhos Escolares na tomada de decisão, os atos governamentais ainda copilam em sua esfera organizacional contornos desvinculados do processo de redemocratização e operacionalização de políticas, que de fato e de direito, garantam aos espaços escolares uma participação mais efetiva frente às suas prioridades, fortalecendo, apesar de seus inúmeros programas, o histórico de metas mais quantitativas e menos qualitativas.

As linhas da educação referem-se às ações de poder público que discutam as dificuldades, bem como o enfrentamento de dificuldades, disparidades e padrões de caráter excludente, que representam barreiras na construção de uma escola inovadora. O UNICEF apud Vieira (2009, p. 135) expõe a relevância no processo educativo como um todo:

- O professor e a professora têm um papel central no processo educativo. Além da tarefa específica de coordenar as atividades cotidianas do aprender e da maior convivência e interação com os alunos, é para eles que são dirigidas as expectativas de aprendizagem, de reconhecimento, de afetividade, de superação e de vivências dos alunos.
- Todo projeto pedagógico depende das condições objetivas que a política pública oferece e da competência, compromisso

profissional e consciência ética de todos os profissionais envolvidos.

- No caso dos professores, esses fatores tornam-se mais cruciais, porque é ele ou ela quem estabelece os vínculos, orienta as ações e, junto com as crianças e os adolescentes, determina o ritmo do processo de aprendizagem. Não será exagero dizer que o professor é a alma do processo educativo.

Refletir a importância dos profissionais docentes, vão além do processo ensino-aprendizagem e da limitação destes em paredes de uma sala de aula. Ao contrário, como formadores de opinião, e estando sobre eles as principais expectativas do processo educativo, entende-se que estes são sujeitos que merecem significativa atenção acerca do enfrentamento dos desafios que envolvem a redemocratização do espaço escolar, por meio da atuação dos conselhos escolares, tendo como expoentes a participação efetiva destes em todo o processo de ação coletiva, bem como na prática participativa e integradora de análise e transformação do espaço escolar, fazendo valer a avaliação institucional, como fator relevante e primordial na promoção de possibilidades reais de mobilização e construção de uma consciência mais social e cidadã.

3. METODOLOGIA

Com o intuito de compreender a problemática que envolveu o estudo em questão a metodologia de pesquisa se caracterizou primeiramente pelo cunho exploratório, já que o problema de pesquisa apresentou dúvida relevante (SAMPIERE, 2006, p. 99). Ressalta-se que uma vez prevista na legislação vigente a atuação do Conselho Escolar na tomada de decisões, a negativa de sua estruturação e atuação exige por si só uma explicação, bem como o levantamento de seus impactos ao ambiente e aos seus atores. O objetivo, portanto, foi o de verificar os problemas mais relevantes da escola, que geram impedimento na constituição do Conselho Escolar, levando a efetiva compreensão da temática apresentada. A investigação seguiu com abordagem qualitativa / descritiva (MOROZ e GIANFALDONI, 2006, p. 60-65), por meio de observação, análise documental e questionário, com grau de aplicabilidade imediata e por levantamento amostral.

3.1 LOCAL DO ESTUDO

A Escola Municipal Porto Rico, nome fictício, como forma de preservar seus atores, escolhida para esta pesquisa, está situada em um bairro do Município de Novo-Gama, no qual atende 412 alunos nas modalidades de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de 09 anos, de uma comunidade de baixa renda, caracterizada pela violência (doméstica, assaltos, conflitos comunitários devido à invasão de moradias cedidas pelo governo, homicídios, etc.), prevalência do tráfico de drogas e vícios das consideradas drogas lícitas.

No ambiente interno, propriamente dito, a escola enfrenta salas de aula em sua maioria excedentes em número de alunos, fluxo excessivo de entrada e saída de docentes (alguns por participação de concurso de remoção para escolas integrais e/ou de jornada ampliada, outros por licenças, atestados, afastamento por motivos particulares, etc.), jornada de 40 horas semanais em sala de aula, recursos financeiros incompatíveis com as prioridades cotidianas, ausência de salas de apoio (vídeo, informática, biblioteca, etc.), número reduzido de profissionais para o enfrentamento das diversas frentes existentes na rotina escolar, cursos de

capacitação continuada, oferecidas pela Secretaria de Educação com baixa qualidade, relação de poder sob a orientação das políticas de governo, além da inexistência de conselho escolar.

O quadro de funcionários está constituído de uma diretora, uma secretária, uma auxiliar de secretaria, uma coordenadora pedagógica, onze professores (sendo sete em atividades semanais de 40 horas e 04 de 20 horas), cinco funcionários para serviços gerais, cinco para a alimentação escolar e dois vigilantes. A escola atende sete salas de aulas, no período matutino e vespertino, não possuindo quadra de esportes, biblioteca, sala de informática ou sala de apoio. Ressalta-se que o espaço para reuniões e coordenação pedagógica se dá na sala dos professores.

A escola selecionada para esta pesquisa se deu por se tratar de uma unidade que não tem um Conselho Escolar estruturado, tampouco atuante, além de não exercer eleição para diretor, tendo neste ator um representante indicado pelo governo atual, possibilitando um estudo sobre o exercício da avaliativa institucional em um ambiente centralizador, ausente de Conselho Escolar.

Ressalta-se que a escolha do público alvo efetivou-se pelo fato de que o professor no exercício de sua função é um agente observador e motivador das múltiplas relações, além do seu poder de atuação, co-responsável pelo exercício crítico e cidadão da ação democrática e participativa, seja em sua própria sala de aula, seja na sala de professores e/ou demais espaços de âmbito coletivo. Expandindo a escolha para os alunos que representarão neste contexto o reflexo dos conceitos e atuações desses profissionais.

3.2 ANÁLISE DOCUMENTAL

Foi analisado o Projeto Político Pedagógico com ênfase nos itens que tratam da Avaliação Institucional e da participação da comunidade na tomada de decisões, com o objetivo de construir uma análise sobre a compreensão teórica do grupo acerca da participação coletiva e dos processos de avaliação institucional. Foi observado ainda, se estes estão previstos explicitamente ou não e se são condizentes com a prática pedagógica cotidiana. Tais esclarecimentos poderão posteriormente, ser utilizados pela própria unidade, como instrumento de análise e

avaliação de sua prática. Foram analisadas ainda as atas de reuniões pedagógicas com o intuito de levantar subsídios acerca da real atuação coletiva.

3.3 OBSERVAÇÃO

Foram realizadas observações nos espaços de tomada de decisão em duas reuniões distintas, sendo uma administrativa e outra pedagógica, com o objetivo de fazer uma leitura, o mais real possível da prática pedagógica no contexto do tema apresentado, tendo como relevância a tomada de decisões e se estas utilizaram a avaliação institucional com fins de melhor direcioná-los, fortalecendo com isso o cruzamento de informações com os já adquiridos na análise documental.

3.4 APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO

Como instrumento de pesquisa complementar foi aplicado individualmente um questionário contendo 06 (seis) perguntas objetivas fechadas, com abertura para explicações ou observações adicionais, com o objetivo de pautar às experiências intrínsecas aos professores-educadores efetivos da Secretaria Municipal de Educação, lotados na unidade supracitada e alunos matriculados, com frequência regular, com o objetivo de avaliar os diversos pontos de vista acerca da ausência do Conselho Escolar e as conseqüências geradas pela não constituição deste na escola; foram verificados os fatores de impacto que geram o impedimento de atuação coletiva na tomada de decisões; analisou-se o processo de avaliação institucional e se o resultado deste colabora com a construção local de uma educação de qualidade; verificando ainda se o conselho escolar teria relevância positiva no processo de avaliação institucional na escola em questão. Participaram como interlocutores deste instrumento seis professores dos onze que atuam na unidade e dez alunos, (sendo cinco do 4º ano e cinco do 5º ano).

3.5 COLETA DOS DADOS

A aplicação dos procedimentos metodológicos para a coleta de dados se deu pelos seguintes passos:

1. Autorização para a realização da pesquisa por parte da Gestão escolar, representada pela pessoa da diretora, mediante documentação comprobatória acerca da intencionalidade, metodologia e objetividade da pesquisadora;
2. Observação de duas reuniões: Pedagógica e Administrativa;
3. Análise documental do Projeto Político Pedagógico e as respectivas Atas de Reuniões observadas;
4. Aplicação de questionário, tendo por interlocutores docentes e discentes.

A primeira observação deu-se na Reunião Pedagógica, realizada no dia 11 de outubro de 2012, a partir de contato presencial em caráter observatório com o coletivo docente, conduzido pela gestão da unidade na sala dos professores. Esta, com finalidade de análise, reestruturação do Projeto Político Pedagógico e construção do Plano de Ação da escola.

Já a segunda observação foi realizada na Reunião Administrativa do dia 13 de dezembro de 2012, no qual se tratou acerca da formação de turmas para o próximo ano letivo onde participaram a Diretora, a Secretária e a Auxiliar de Secretaria da escola.

Entre a primeira e a segunda observação iniciou-se o levantamento dos dados a partir de Análise Documental, tendo por base o Projeto Político Pedagógico e as Atas de Reuniões observadas.

Aplicação do questionário foi realizada na primeira quinzena de fevereiro de 2013, com prévio agendamento de entrega e definição de data para o recebimento dos mesmos, já que os participantes solicitaram prazo para respondê-lo.

3.6 ANÁLISE DOS DADOS

Na primeira etapa foi observado que a reunião foi informada aos pais por meio de comunicados impressos, com intuito de justificar a dispensa dos alunos, contudo, ausente de convite para a participação dos mesmos. Os professores foram divididos em pequenos grupos, por temáticas a serem trabalhadas bimestralmente, voltadas para o planejamento de projetos pedagógicos a serem anexados ao plano

de ação, sem nenhuma menção à reavaliação do Projeto Político Pedagógico, quanto ao seu texto e/ou ao seu contexto envolvendo a teoria e a prática, onde estes se dispersaram em espaços distintos, fragmentando a ação discursiva e decisória. Não houve a utilização de quaisquer dados avaliativos institucionais ou de aprendizagem, seja intra ou inter escolar, ausente também da apresentação de qualquer mapeamento relevante ao que foi alcançado frente às metas institucionais estabelecidas, como fonte norteadora da construção pedagógica coletiva. Observou-se a ausência de representatividade dos outros segmentos da comunidade escolar – alunos, pais, funcionários, etc.

Após a construção do Plano de Ação, os professores se reuniram mais uma vez, onde uma vez apresentado foi aprovado pelos presentes. Paralela, a esta ação, verificou-se o livro ata, onde fidedignamente constava o registro da reunião, sem quaisquer observações ou intervenções dos presentes acerca da ausência da participação da comunidade escolar. Segundo VIEIRA (2009, p. 135), o compromisso e consciência ética dos profissionais envolvidos no processo de construção do Projeto Político Pedagógico, com ênfase nos professores, tendo-o inclusive como a alma do processo educativo, revelam a tarefa destes profissionais como formadores de opinião, mediadores e estimuladores de vivências, tornando crucial o estabelecimento de vínculos e a orientação de ações democráticas e participativas, determinantes para o ritmo do processo ensino-aprendizagem.

Partindo desse pensamento, constatou-se que pouco ou nada se fez para garantir aos outros segmentos da comunidade escolar a oportunidade de serem ouvidos e também de ouvirem sobre a construção das ações que estariam envolvidas as suas rotinas e quais intencionalidades estariam por trás das mesmas. A partir da verticalização do planejamento, a escola enquanto instituição social privou-se do exercício de formação cidadã, defendida pela gestão democrática, primordial para formação integral de seu alunado e de sua comunidade no qual deveria privilegiar este espaço no ato de garantir de fato a legislação constitucional que estende o dever de educar, além do Estado e da Escola, para família. A falta de espaços de formação e estudos na unidade destoava da proposta que expõe a necessidade de espaços democraticamente participativos que envolvem a organização dos conselhos escolares defendida pelo MEC, por meio do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (2004). Assim, constata-se que entre as

problemáticas existentes na escola e que representam fatores de impedimento para a implantação do Conselho Escolar, está: a falta de espaços de formação humana continuada voltada para a reflexão, o estudo e a tomada de decisão.

No decorrer da observação da reunião administrativa supracitada, foi constatado mais uma vez a não utilização de dados avaliativos institucionais e/ou de aprendizagem, ficando a cargo da secretária da unidade, a montagem de turmas, que utilizou como critério de montagem o agrupamento parcial de alunos reprovados completando as turmas com a disponibilidade de vagas para matrículas novas, para o exercício do ano letivo seguinte. Dados da Provinha Brasil, avaliação diagnóstica municipal e local acerca dos níveis de aprendizagem, voltados para a intencionalidade da diminuição de níveis de aprendizagem por sala de aula, com o intuito de favorecer o planejamento de atividades, reagrupamentos e/ou projetos interventivos, não foram citados. Nesta ocasião professores, alunos e pais não participaram da tomada de decisão. Concluindo uma falha na ausência de participação dos atores que podiam contribuir, na formação das turmas, com melhor aproveitamento e maior qualidade, nos futuros processos pedagógicos interventivos. Neste contexto, constata-se o desenrolar das relações de poder simbólico subliminares, citadas por CASTRO (1998, p.01), acerca das concepções de Bourdieu, identificadas pelas decisões unilaterais e verticalizadas, permeada pela omissão passiva dos atores, reforçada pela influência social e política abordada por Weber.

Ressalta-se ainda que a dissociação entre as práticas avaliativas que emergem das vivências e revelam as opções dos que dela participam, defendidas por SOUSA (1999), foram claramente ignoradas, tornando os dados da Avaliação Institucional, mera estatística, sem nenhuma associação voltada para ação – reflexão – ação ou em um planejamento intencional, desenvolvido a partir das metas alcançadas e/ou não alcançadas no ato de se constituir novas turmas, deixando de priorizar a diminuição dos níveis de aprendizagem, como forma de qualificar o processo de ensino aprendizagem.

Diante dos fatos, os envolvidos no processo, segundo GATTI (2006, p. 10), nem sempre tem consciência da importância e relevância dos elementos avaliativos institucionais, que acabam por desconsiderá-los nas ações de ensino, de estudos e intervenções. Conclui-se que, a atuação unilateral e verticalizada por parte da

gestão, caracterizada pelas relações de poder citadas no decorrer do texto, fortalecidas pela ausência de um órgão coletivo e colegiado interferem diretamente na Avaliação Institucional, comprometendo o processo reflexivo e interventivo voltado para uma escola com ações mais conscientes, intencionais e qualitativas.

Destaca-se na análise documental, tomando por base o Projeto Político Pedagógico da unidade a contemplação em seu contexto geral do comprometimento qualitativo do ensino, permeado pela gestão democrático-participativa, valendo-se das Políticas Públicas Educacionais, inclusive no reconhecimento da importância da Avaliação institucional (micro e macro) para se alcançar as metas estabelecidas, voltadas para a educação social. No item 10.5 do PPP (p.18, 2012) destaca-se o reconhecimento das fragilidades voltadas para a pouca participação da comunidade, todavia, colocando o mesmo como fator de destaque e desafio a ser trabalhado na unidade, inclusive, registrado no Plano de Ação.

O item 15 do mesmo documento, que trata da Organização Administrativa apresenta o compromisso explícito com a comunidade de se trabalhar em parceria, numa ação coletiva em função das necessidades, interesses e objetivos comuns. A intencionalidade do texto dá ênfase à formação de forma integral de seu corpo discente, destacando para isso o incentivo e o posicionamento da escola frente às decisões e atitudes que promovam novas configurações acerca da participação crítica, ativa e democrática da comunidade escolar como um todo. Os princípios norteadores do PPP em questão se apóiam na atualização compatível às exigências globalizadas e a legislação vigente, apoiadas na instrumentalização de novos parâmetros e valores, com o intuito de aprimorar-se e transformar-se, construindo-se como uma escola que propicia a reflexão e a ação voltada para a justiça social (inclusão, respeito à diversidade, direito à aprendizagem, cidadania, etc.), garantindo a afetividade e a participação destes nos diversos contextos do universo escolar.

Ressalta-se que o texto contempla nos termos curriculares da Base Comum e da Parte Diversificada, desdobramentos e aprofundamento de conteúdos e temas, com vistas à inserção do aluno à realidade integrada à aquisição de linguagens, significados e valores, garantidos em espaços de pleno exercício de sua cidadania (item 14, p.31, 2012). Segundo o texto, no item 10.9, que trata do papel do professor, destaca-se a valorização e incentivo ao aluno quanto ao seu papel de cidadão, com visão democrática da sociedade e do mundo, envolvido ativamente em

sua aprendizagem, bem com ao ato de refletir, investigar, levantar questões com base no pensamento crítico e participativo.

Tabela 1. Levantamento prévio acerca do conhecimento da comunidade escolar sobre o Conselho Escolar

Questões 01 e 02	Professores	Alunos
A escola informou a comunidade escolar sobre a atuação e importância do conselho Escolar.	100% responderam que a comunidade não foi informada.	100% que não foram informados sobre o tema em questão
A comunidade conhece o Conselho Escolar por outros meios e discorre com propriedade sobre o assunto.	30% discorrem sobre o tema com propriedade.	100% não apresentam conhecimento sobre o assunto
A escola oferece espaços de estudo e debate acerca da tomada de decisões coletivas envolvendo toda a comunidade escolar.	100% concordaram que não existe a promoção dos espaços citados, para este fim.	100% não apresentam conhecimento sobre estes espaços
Os alunos participam da tomada de decisão no campo pedagógico. A comunidade atua nas decisões administrativas e pedagógicas.	100% responderam que não. 100% responderam que não.	100% nunca participaram. 100% não souberam responder

Tabela 2. Levantamento sobre os fatores de impedimento da atuação do Conselho Escolar

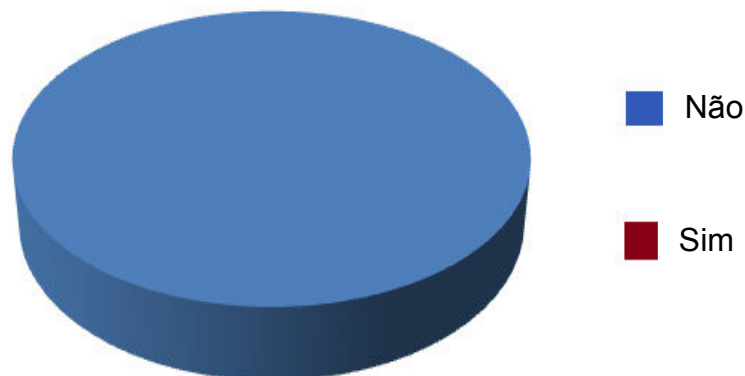
Questão 03	Professores	Alunos
Gestão indicada pela prefeitura (ausência de eleição para diretores e políticas de governo)	100% responderam sim.	Não souberam responder
Ausência da promoção de espaços democrático-participativos envolvendo os vários segmentos comunitários.	100% concordaram.	100% responderam sim
Existência das relações de poder autoritárias com decisões verticalizadas.	70% responderam que sim.	Não souberam responder.

Tabela 3. Levantamento do nível de conhecimento coletivo acerca da Avaliação Institucional da unidade e o comprometimento do processo de como esta se dá na ausência da atuação do Conselho Escolar

Questão 05 e 06	Professores	Alunos
A avaliação institucional interna não acontece intencional e organizadamente se utilizando dos resultados externos somente de forma representativa	75% concordam	Não souberam responder
Não possui conhecimento de que e como os dados da avaliação institucional são utilizados em favor da escola	45% afirmaram não ter conhecimento	100% afirmaram não ter conhecimento

3.7 CONCORDÂNCIA EM ÂMBITO GERAL

Figura 1. Respostas dos alunos e professores quanto ao questionamento: “Existe na unidade promoção de espaços para estudos e debates na tomada de decisão coletiva?”



Conforme a figura 1, 100% dos participantes da pesquisa afirmam que não há na unidade promoção de espaços para estudos e debates na tomada de decisão coletiva. Contudo, vale ressaltar que os discentes apresentaram grau parcial de dificuldade na interpretação do questionário, tendo as suas dúvidas elucidadas pelo aplicador.

Os argumentos até aqui apresentados podem ser claramente constatados a partir dos dados relevantes a organização social da escola, obtidos por meio da aplicação do questionário. O panorama dos resultados se assemelha aos obtidos na primeira e segunda etapa da pesquisa, ressaltando as declarações em destaque na Tabela 01 que trata do levantamento prévio acerca do conhecimento da comunidade

escolar sobre o Conselho Escolar. Comprovou-se que a escola não promove em sua rotina, tampouco, fazem parte do seu plano de ação, ações voltadas para a formação humana, realçadas pela falta de participação do corpo discente e da comunidade na tomada de decisões.

A tabela 2 apresenta dados relevantes ao levantamento dos fatores de impedimento da atuação do Conselho Escolar define outro ponto considerável que é a predominância das relações de poder com decisões verticalizadas, alicerçadas pela ausência de eleição para diretor. Por fim, a Tabela 03 que expõe o Levantamento do nível de conhecimento coletivo acerca da Avaliação Institucional da unidade e o comprometimento do processo de como esta se dá na ausência da atuação do Conselho Escolar, destaca-se a falta de conhecimento da comunidade de como esta se dá no ambiente escolar, reforçada pela ausência de intencionalidade e planejamento com base na Avaliação Interna, bem como os dados obtidos na Avaliação Institucional externa, como mera representatividade estatística. Constata-se que a escola necessita de uma atuação mais reflexiva, participativa e democrática capaz de gerar em sua rotina um acompanhamento avaliativo com base em medidas contextuais e sociais, capazes de mensurar amplo conjunto de variáveis, sinalizando para a aferição de proficiência, estilo de gestão, infra-estrutura, padrões de indicadores, etc. mapeando as condições de escolarização, bem como pela construção intencional de ações relevantes a sua necessidade e interesse. Conclui-se, conforme AFONSO (2003, P.49) que a escola deve ser considerada como um todo e por isso deve ser confrontada em dimensões sociais, pedagógicas e políticas, construindo-se e transformando-se com ênfase em suas responsabilidades. Construir uma consciência participativa e democrática, portanto, resultará em uma ação coletiva reflexiva, atuante e responsável, comprometida em fazer dos indicadores da Avaliação Institucional, um forte aliado na construção de uma escola melhor.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou-se sob a seguinte indagação: A inexistência e/ou inatividade do conselho escolar fragiliza o processo de Avaliação Institucional? Tendo como objetivo principal a verificação de problemáticas no ambiente escolar que representam fatores de impedimento para a constituição e a atuação do Conselho Escolar e, como este fato interfere na Avaliação Institucional e na construção de uma escola com identidade mais democrática e participativa. A resposta para o questionamento que direcionou esta pesquisa está pautada na afirmativa comprobatória da análise dos dados obtidos que demonstram claramente que a ausência do conselho escolar é um fator que compromete o processo de Avaliação Institucional. Foi constatado, que os principais problemas que impedem uma ação mais democrática e autônoma, com ênfase nas intencionalidades defendidas pelo Conselho Escolar na unidade pesquisada apresentam as seguintes argumentações:

- A falta de conhecimento mais aprofundado por parte dos atores envolvidos acerca do que é, como, por quem é constituído e qual a atuação do Conselho Escolar, impedem o exercício e a apropriação de responsabilidades de cunho coletivo;

- A ausência de informação e espaços coletivos para a realização de estudos e debates envolvendo os vários segmentos da comunidade escolar, fragiliza o processo de conscientização e formação de atores mais participativos e atuantes no processo democrático na tomada de decisão;

- A ação verticalizada e individualizada da gestão escolar, fortalecida pelas relações de poder e políticas de governo impede a oportunização de seus atores de discutirem e construírem coletivamente ações de cunho político-pedagógico, que melhor atendam os desafios e anseios existentes.

Tais constatações geraram inevitavelmente consequências comprovadas que interferem direta e progressivamente a Avaliação Institucional, no contexto dessa unidade, uma vez que os atores envolvidos não tendo acesso e participação ativa no processo de aferição, análise, investigação e construção de medidas contextuais pedagógicas e administrativas, com base nos dados da Avaliação Institucional inter

e intra- escolar, representam neste sentido, fator relevante de impedimento de uma escola com identidade mais participativa e cidadã.

Comprovou-se ainda que a não utilização de dados formais de avaliação institucional interna (mapeamentos, tabelas, gráficos, diagnósticos, etc.), na elaboração do Plano de Ação, representam um fator relevante à descontinuidade de ações que podem subsidiar o aperfeiçoamento pedagógico – planejamentos, projetos interdisciplinares, intervenções e reagrupamentos – fragilizando a intencionalidade do Conselho Escolar que é tornar a escola um ambiente coletivo pautado na construção de uma escola de qualidade, onde todos os seus atores são responsáveis pelas decisões e realizações das mesmas (alicerçados na ação – reflexão – ação). Pois como afirma GADOTTI (p.08, 2000), a escola precisa se planejar, fazendo a sua própria inovação, reestruturando o seu currículo, com base em dados e projetos, com o objetivo de se construir como escola cidadã, sistematizando sua prática a médio e longo prazo.

Apesar de todos estes dados, vale ressaltar que o Projeto Político Pedagógico da unidade prevê em seu texto, garantias explícitas acerca da participação da comunidade escolar como um todo e da avaliação institucional como base para a reflexão e construção de suas ações, colocando em evidência a participação discente, contrária às constatações comprobatórias da pesquisa que apresentam alunos alheios tanto ao tema abordado, quanto a participação na tomada de decisão como parte de sua formação integral.

Como desafio, a partir dos dados adquiridos nesta pesquisa, a escola como um todo necessita construir novas concepções em sua prática institucional, voltada para a participação coletiva e para a implantação do Conselho Escolar, como forma de garantir a efetiva vivência das políticas educacionais vigentes, almejando vencer os novos desafios das escolas contemporâneas, tornando-se mais reflexiva, atuante, democrática e cidadã. Necessita ainda fazer do seu PPP, um projeto não só teórico, mas, comprometido com a vivência, permitindo mudanças, aberto às necessidades e transformações que se formam no ambiente escolar. Por fim, mas não menos relevante, ressalta-se a importância da participação do diretor, do vice-diretor e coordenador em pesquisas futuras.

Espera-se que o resultado deste propicie um material que estimule a reflexão sobre a reorganização institucional e a necessidade de superação da utilização de

dados da Avaliação Institucional como mecanismos meramente legais e burocráticos, conscientizando-se que não há mais espaço para a tomada de decisões verticalizadas e pautadas em interesses meramente políticos, tampouco, fazer da Avaliação Institucional, um amontoado de dados burocráticos, pois, conforme afirma LUCK (2006, p.38) os espaços sociais devem ser vistos e caracterizados por uma rede de relações, sob a dinâmica da organização e interação, estimulada pelo gestor.

A escola é um ambiente vivo, envolvente e transformador. A escola é um instrumento rico de possibilidades, na utopia, quem sabe, de se redesenhar o mundo que é real. Não há mais qualquer espaço para o comodismo, a aceitação passiva, a omissão ou o autoritarismo. Refletir para construir é preciso. E por muitas mãos deixou a muito tempo de ser uma opção, passando a ser por direito uma necessidade.

REFERÊNCIAS

MEC. *Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares*. Caderno 5. Conselho Escolar: Gestão Democrática da Educação e Escolha do Diretor. 2004.

SOUSA. S. Z. *Avaliação Escolar e Democratização: O direito de Errar*. In: Aquino, J. G. (coord.) *Erro e fracasso na Escola: Alternativas Teóricas e Práticas*. São Paulo. Summus, 1997 (p. 125-140).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 30 DE JANEIRO 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm> Acesso em: 16 out. 2012.

Subsídios para a elaboração do Estatuto do Conselho Escolar. Segunda Edição, Revisado e Atualizado. SEED – PR. Curitiba. 2009.

HORA, Dinair Leal da. *Gestão Democrática na Escola*. São Paulo. Papyrus, 1998.

BALZAN. Newton César. SOBRINHO. José Dias. *Avaliação Institucional: Teoria e experiências*. 4ª Ed. São Paulo, Cortez, 2008.

VIEIRA. Sofia Lerche. *Poder Local e Educação no Brasil: Dimensões e Tensões*. I Congresso Ibero-Brasileiro de Política e Administração da Educação. VI Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação. IV Congresso do Fórum Português de Administração Educacional. Elvas, 29 de abril de 2010.

LÜCK. Heloísa. *A Evolução da Gestão Educacional a partir de Mudança Paradigmática*. Superintendência de Acompanhamento e Avaliação do Sistema Educacional – SUPAV. Coordenação de Políticas Educacionais - CPE. Disponível em: <http://progestaoead.files.wordpress.com/2009/09/a-evolucao-da-gestao-educacional-h-luck.pdf>. Acesso em 12 out 2012.

LÜCK. Heloísa. *Concepções e processos Democráticos de Gestão Educacional*. 3ª Ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2008.

GADOTTI. Moacir. *Perspectivas Atuais da Educação*. São Paulo em Perspectiva, 14 (2) 2000.

Conselhos Escolares: Democratização da Escola e Construção da cidadania. Programa nacional de Fortalecimento dos conselhos Escolares. Ministério da Educação. Brasília – DF. Novembro. 2004

CASTRO. Magali de. *Um estudo das relações de poder na escola pública de ensino fundamental à luz de Weber e Bourdieu: do poder formal, impessoal e simbólico ao poder explícito*. Rev. Fac. Educ. Vol. 24. N. 1. São Paulo. JAN. /Jun. 1998.

BELLONI. Isaura. BELLONI. José Ângelo. *Questões e Propostas para uma Avaliação Institucional Formativa*. Avaliação das Escolas e Universidades: Construindo o Campo e a Crítica. SP: Komedi, 2003.

SOUSA. Sandra M. Zákia. *Avaliação Institucional: Elementos para Discussão*. São Paulo. 1999.

AFONSO, A. *Avaliar a escola e a gestão escolar: Elementos para uma Reflexão Crítica*. In: ESTEBAN, M. T. (org.). *Escola, Currículo e Avaliação*. São Paulo: Cortez, 2003.

RIBEIRO. Célia Maria et.al. *Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Goiás*. 2000.

GATTI. Bernardete A. *Avaliação Institucional: Processo descritivo, analítico ou reflexivo?* Estudos em Avaliação Educacional, v. 17, n. 10 34, maio/ago. 2006.

SAMPIERI, R., COLLADO, C., LUCIO, P. *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

APÊNDICES



Universidade de Brasília – UNB
Curso: Pós-Graduação em Coordenação Pedagógica
Aluna: Sandra Regina Pereira de Castro

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

OS DADOS SERÃO UTILIZADOS COMO FONTE DE PESQUISA PARA A ELABORAÇÃO DE MONOGRAFIA PARA O CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA – UNB.

TEMA: Conselho Escolar e Avaliação Institucional: Um desafio para as escolas contemporâneas.

- **OBJETIVO:** Verificar as problemáticas que impedem a escola de constituir o Conselho Escolar e de atuar, subsidiada pela avaliação institucional, na construção de uma identidade mais democrática.

Questão 01

A comunidade já recebeu informações e formação acerca do Conselho Escolar e da sua importância por parte da escola?

- () Sim. Ano de realização: _____
- () Não. Mas, tenho conhecimento sobre o Conselho Escolar adquirido por outros meios, onde posso falar com propriedade sobre o assunto.
- () Não. Mas, tenho prévio conhecimento, podendo discorrer superficialmente sobre o assunto.
- () Não. E não tenho nenhum conhecimento sobre o assunto.

Questão 02

A sua escola oferece espaços de estudo e debate na tomada de decisão, com a comunidade escolar (alunos, pais, professores, funcionários afins e outros) acerca dos problemas existentes na escola?

- () Sim. Os espaços de tomada de decisão existem, mas, sem a existência intencional e/ou formal de um Conselho Escolar.
- () Sim. Com a existência e atuação do Conselho Escolar.
- () As decisões são tomadas no campo pedagógico pelos professores sem a participação dos alunos e representatividade comunitária.
- () As decisões administrativas e pedagógicas são tomadas sem a participação dos professores, alunos e/ou comunidade.
- () Não há espaços para tomada de decisões coletivas que envolvam a comunidade escolar.

Questão 03

Assinale o que você considera ser fator de impedimento na instituição e atuação do Conselho Escolar na unidade que você atua:

- Falta de conhecimento aprofundado sobre o que é o Conselho Escolar e o seu papel no ambiente escolar.
- Gestão (diretor, coordenador, secretário e outros) indicados pela prefeitura municipal com atuação de políticas de governo.
- Ausência de espaço físico próprio.
- Falta de estímulo, estudos, conhecimento e espaços de caráter coletivo na tomada de decisões por parte da gestão escolar.
- Existência de relações de poder autoritárias (individualismo e verticalização na tomada de decisão)
- Outros. Quais? _____

Questão 04

A ausência de um Conselho escolar afeta a escola quanto ao planejamento e o enfrentamento de problemas e desafios:

- Sim, pois, a ação verticalizada e individualizada desestimula e fragiliza a ação coletiva mais democrática e mais participativa.
- Não, pois, o bom funcionamento da unidade depende mais da qualidade individual do que do trabalho coletivo.
- Parcialmente, pois, o grupo (professores, alunos, funcionários e comunidade em geral) apesar de não participar das decisões ou participar parcialmente, as executa coletivamente, sem danos qualitativos para a unidade.
- Outros. Quais? _____

Questão 05

Como o processo de Avaliação Institucional acontece na unidade:

- Não acontece de forma interna, se efetuando somente por meio dos instrumentos externos, servindo apenas como apresentação de dados com representatividade institucional.
- Os dados são obtidos e analisados regularmente, servindo de base para o planejamento e enfrentamento de problemas e desafios.
- não sei informar, pois, a avaliação é feita pela gestão administrativa e pedagógica, sem a participação docente, discente ou comunitária.

Questão 06

A ausência da atuação de um Conselho Escolar na unidade compromete o processo de avaliação institucional, frente à construção de uma educação mais democrática, participativa e com maior qualidade?

() Sim. A ausência do Conselho é um dos principais fatores de comprometimento participativo, pois fortalece a tomada de decisão voltada para os interesses e opiniões individualizados.

() Não. A escola consegue se auto-avaliar qualitativamente, pautada em dados obtidos, mesmo ausentes de participação coletiva.

() Não sei informar, pois, o papel do professor e/ou do aluno se limita a avaliação de aprendizagem, não lhe cabendo o papel de participar da avaliação institucional.



Universidade de Brasília – UNB

Curso: Pós-Graduação em Coordenação Pedagógica

Aluna: Sandra Regina Pereira de Castro

TERMO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO DA APLICABILIDADE

METODOLÓGICA DE PESQUISA

Eu, _____,
matrícula n.º _____, RG n.º _____ diretor (a) da Escola
Municipal Professora Lucimar Lopes Santana, Bairro Lunabel 3 A, Município de
Novo-Gama – GO, declaro ter ciência da pesquisa a ser realizada na unidade
supracitada pela pesquisadora Sandra Regina Pereira de Castro a ser realizada com
06 (seis) professores efetivos e 10 (dez) alunos matriculados e cursando
pertencentes a esta unidade escolar, cujo tema é CONSELHO ESCOLAR E
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM DESAFIO PARA AS ESCOLAS
CONTEMPORÂNEAS. Autorizo a pesquisadora a aplicar um questionário com
prévio conhecimento do mesmo, a utilização de dados pertencentes ao livro ata das
reuniões pedagógicas e observação da realização das mesmas, bem como acesso
ao PPP. Afirmando ainda ter ciência de que os resultados estabelecidos por meio desta
investigação serão publicados e divulgados posteriormente, de forma digital e/ou
impresso onde, porém serão ocultadas todas as informações que permitam
identificar quaisquer dos participantes pertencentes a esta comunidade escolar.

Brasília, _____ de _____ de 2013.

Assinatura do Responsável



Universidade de Brasília – UNB

Curso: Pós-Graduação em Coordenação Pedagógica

Aluna: Sandra Regina Pereira de Castro

Termo de Participação e Consentimento

Eu, _____, RG
n.º _____, Confirmando ciência e participação voluntária no Projeto de
Pesquisa CONSELHO ESCOLAR E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM DESAFIO
PARA AS ESCOLAS CONTEMPORÂNEAS, que tem como pesquisadora a Sra.
Sandra Regina Pereira de Castro, ciente ainda de que o mesmo terá publicação e
divulgação de resultados, por meio digital e/ou impresso em caráter científico,
todavia, mantendo meus dados pessoais confidenciais. Por ser verdade, dato e
assino:

Brasília, ____ de _____ de 2013.

Assinatura